

O PAPEL DO LÍDER CARISMÁTICO EM UM CONTEXTO POLÍTICO-RELIGIOSO

Edson Arlindo Silva¹
José Roberto Pereira²
Maria Izabel Vieira Botelho³

RESUMO

O artigo objetivou analisar e compreender o significado atribuído pela população do município de São Domingos do Prata – MG ao conjunto de ações políticas, praticadas pelo ex-pároco. Essas ações influenciaram milhares de pessoas que se mobilizaram para superar as dificuldades econômicas e sociais as quais estavam submetidas. O período histórico entre 1958 a 1998 representa, respectivamente, os anos de chegada e de morte do ex-pároco, no município estudado. Nesse contexto histórico, foi possível identificar a influência da Igreja Católica entre os segmentos sociais, tendo como representante o ex-pároco local. Assim, foi possível identificar os motivos que levaram a mesma população a não reconhecê-lo como um legítimo representante político institucionalizado. A metodologia de pesquisa foi fundamentada na reconstrução da memória coletiva e as considerações finais foram realizadas com o objetivo de identificar as principais contribuições das ações religiosas e comunitárias organizadas e lideradas por Padre Antônio e compará-las com suas ações políticas institucionais.

Palavras – Chave: Carisma; Política e Religião.

1. INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, o contexto histórico brasileiro foi influenciado por acontecimentos de intensas repercussões tanto a nível internacional – marcado pelo acirramento da chamada “Guerra Fria” – quanto a nível nacional – configurado

¹ (Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Lavras e Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí - MG. e-mails: edsonufla@yahoo.com.br; edson@cefetbambui.edu.br)

² (Doutor em Sociologia e Professor do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras)

³ (Doutora em Sociologia e Professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa)

pela decadência dos governos ditos “populistas” e a emergência de um regime de exceção dominado pelos governos militares.

Nesse cenário de disputas e lutas entre classes antagônicas da sociedade brasileira, ocorre o advento de vários movimentos reivindicatórios e de contestação da ordem vigente que se desencadeiam com maior vigor, principalmente, nas camadas populares e operárias da sociedade como são os casos das “Ligas Camponesas”, dos “Movimentos Sindicais de Trabalhadores Urbanos e Rurais” e de ações ligadas à Igreja Católica – como, por exemplo, as intervenções e trabalhos desenvolvidos pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) ligadas à Teologia da Libertação (Boff, 1981) e pela Pastoral da Terra (Miranda, 1999).

Esse período histórico instável e desafiador, principalmente para os segmentos populares da sociedade brasileira, tornou-se propício ao surgimento de movimentos comunitários de vertentes religiosas e políticas, pois as lacunas deixadas pela ausência de atuação do Estado e de outros órgãos da sociedade, possibilitou o advento de lideranças carismáticas que se apresentavam como solucionadores das problemáticas social, política, econômica e religiosa, como é o caso de exercício de liderança carismática do ex-pároco do município de São Domingos do Prata, Estado de Minas Gerais.

As ações organizadas pelo ex-pároco, desde o momento em que se tornou pároco do município de São Domingos do Prata (1958 – 1976), influenciaram milhares de pessoas que se mobilizaram para superar as dificuldades econômicas e sociais em que se encontravam. Essa mobilização materializou-se em construções de creches, de associações comunitárias, de ajuda material, de cestas básicas, de cursos profissionalizantes, de hortas comunitárias, de cooperativas, dentre outras ações comunitárias, religiosas e, posteriormente, políticas como será mostrado ao longo desse artigo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E PROBLEMATIZAÇÃO

O estudo se fundamentou na problematização e contextualização da história de vida político-religiosa de Padre Antônio, enumerando suas principais contribuições à população de São Domingos do Prata, ao longo de 40 anos (1958-1998) em que esteve à frente dos principais acontecimentos deste município.

Entretanto, as histórias das experiências de lideranças carismáticas de caráter político-religiosa no Brasil sempre foram marcadas por intensa aclamação popular, devido

principalmente, ao fato de o Brasil ser o país de maior contingente católico do mundo, propiciando a emergência de lideranças carismáticas nessas instâncias. Em toda a história do Brasil percebe-se o surgimento de lideranças com características político-religiosas e messiânicas. Mas, a partir do século XIX, pode-se observar maior propagação de manifestações de caráter messiânicas e religiosas, como foram os casos particulares de Antônio Conselheiro (Guerra de Canudos); Monge José Maria (Guerra do Contestado); Padre Cícero (Ceará) e Frei Damião (Pernambuco). Esses líderes religiosos mobilizaram e influenciaram vários segmentos de nossa sociedade, contudo suas ações foram mais bem aceitas no interior do Brasil, com as camadas populares menos favorecidas da sociedade.

Nesse sentido, as ações de caráter religioso⁴ tiveram, no Brasil, influências em vários segmentos da sociedade. Porém, tanto para Boff (1981) quanto para Iokoi (1996), na primeira metade dos anos de 1960, teve início no Brasil um conjunto de práticas religiosas desencadeadas por influência da Igreja Católica, que propunha maior aproximação com o *povo oprimido de Deus*, procurando conscientizá-lo de sua condição de oprimido, e a partir daí promovendo sua organização e autonomia. Foi à luz do ideal de libertação do “povo oprimido de Deus” que vários padres, religiosos e religiosas, ligados à Igreja católica “começaram a entrar no continente dos pobres, a assumir a sua cultura, a dar expressão às suas reclamações e a organizar práticas consideradas pelo *status quo* como subversivas.”⁵ Esta perspectiva religiosa vincula-se às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) por meio da “Teologia da Libertação” que visava a organização dos cristãos. Além desses aspectos, o movimento da Teologia da Libertação propunha uma profunda reestruturação na hierarquia da Igreja Católica e maior autonomia aos padres e religiosos de paróquias.

No entanto, em algumas regiões do Brasil, as populações pobres e excluídas não sofreram interferência direta ou indireta da Teologia da Libertação, mas ainda assim, estiveram sob a influência de setores sociais, inclusive da Igreja Católica, que não alinhavam exatamente com os princípios propagados pela Teologia da Libertação, mas que se aproximavam, em termos de prática e de trabalhos pastorais. É nesse contexto que emerge, a partir da segunda metade do século XX, na cidade de São Domingos do Prata, Minas Gerais, os trabalhos religiosos e políticos, sob a orientação de Padre Antônio, pároco da cidade, que

⁴ A respeito dessas ações de caráter religioso pode-se perceber, atualmente, a sua presença em várias partes do país, como retrata LAVALLE, A. G. e CASTELLO, G., em seu trabalho intitulado “**As benesses deste mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica**”. CEBRAP: Revista Novos Estudos, São Paulo, março/2004, p: 88-89. Este trabalho buscou compreender as atuais ações das Igrejas Evangélicas e Católica nas favelas de São Paulo.

⁵ BOFF, Leonardo. **Teologia da libertação: Igreja, carisma e poder**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981: 23.

implementou um conjunto de atividades assistencialistas e comunitárias, visando atender aos anseios e necessidades da população local menos favorecida.

Dessa forma, as ações religiosas e políticas organizadas por Padre Antônio em São Domingos do Prata, parecem confluir para uma prática bastante freqüente no meio rural e em pequenos municípios, onde os setores sociais de maior prestígio econômico, social e político, exercem controle sobre as camadas menos esclarecidas da população e quase sempre, destituídas de direitos mínimos.

As ações paternalistas, ou de cunho religioso ou não, estão presentes na história brasileira e apontam objetivos diferenciados. A Igreja Católica e outras, políticos, bem como fazendeiros e “coronéis” utilizaram e ainda utilizam destes mecanismos para assegurar prestígio social, econômico e político na sociedade, por meio do apoio das camadas sociais marginalizadas. Essa forma de intervenção religiosa ou não, no Brasil, pode ser verificada, por exemplo, nos mandos e desmandos dos “coronéis” via controle, paternalismo, violência e doações, mantendo grupos de pessoas submetidos a leis e regras bastante rígidas. Assim, garantiam poder político, econômico e social, e a disponibilidade de uma enorme camada subserviente às suas ordens e poder.

Contrariamente às práticas de cunho paternalista, autoritário e repressivo, observadas nas ações dos "coronéis", surge no interior da Igreja Católica um movimento de libertação a favor dos oprimidos e desprotegidos. A opção pelo “povo oprimido” ou pelos “pobres”, organizada pela facção progressista da Igreja Católica comprometida com a Teologia da Libertação fortaleceu-se com a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que visavam organizar círculos de discussões bíblicas e manter reflexões a respeito dos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais em que se encontravam.

De acordo com Scherer-Warren (1996), a ala “progressista radical” da Igreja Católica, representada pelos bispos, padres e religiosos da Teologia da Libertação, concebia o povo oprimido e pobre sob dois sentidos: o *material* e o *espiritual*:

No sentido material, a Igreja deve trabalhar pela libertação das várias formas de opressão econômica (classe e exploração estrangeira), política (interna e externa), étnica, sexual, etária, etc. No sentido espiritual, objetiva libertar as pessoas da alienação, falsa consciência, falta de coragem e autodeterminação. Objetiva recuperar a perda da dignidade da pessoa humana e transformar os oprimidos em agentes de sua própria história, apoiados por sua fé em Deus (Scherer-Warren, 1996: 39).

Portanto, além das intervenções realizadas pela Igreja Católica no interior das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira, o Estado também utilizou de suas intervenções para expandir suas “idéias reformistas” junto à população marginalizada e excluída da

sociedade. Algumas das idéias de reforma, propostas pela ala progressista da Igreja Católica coincidiam, em parte, com as *reformas de base* propostas pelo presidente João Goulart.

Silva (1998), ao analisar este período, enfatiza que essas medidas defendidas por João Goulart deixaram preocupados os conservadores e os partidos de direita que buscavam vincular a economia brasileira ao capital estrangeiro principalmente, o norte-americano. Em meio a essas turbulências políticas, veio o “golpe militar” de 1964.

A partir de 1968, os movimentos de lutas sociais e as ações populares da Igreja Católica foram duramente reprimidos e combatidos pelos militares sob a justificativa de manter a ordem e garantir a paz.

Os relatos históricos desse contexto sociopolítico, ocorridos no Brasil a partir da segunda metade do século XX, permitem afirmar que nem mesmo a repressão e a violência, que se instalaram no período do regime militar, conseguiram eliminar as reivindicações sociais que encontravam apoio no seio da Igreja Católica e dos partidos de esquerda, que se espalhavam por várias regiões do Brasil.

Contudo, ressalta-se que, em meio a incertezas e crises que ocorriam em níveis mundial e nacional, diversos agentes, como por exemplos o Estado e a Igreja Católica, organizaram-se no interior da sociedade brasileira, com o objetivo de superar as mazelas sociais e resgatar a democracia. Sob pressão e visando reduzir os impactos das inúmeras manifestações e reivindicações que se avolumavam por todo o país, o Estado, representado pelos governantes militares, implementou uma série de medidas político-econômicas tentando controlar as constantes crises sociais.

Em meados da década de 70, o país entrou em uma nova fase de sua história, conhecida como “milagre brasileiro”, marcada, sobretudo, pelo processo de industrialização, pela modernização da agricultura e pelo crescimento econômico e urbano.

Por pressão de setores sociais internos e externos, processou-se, no bojo da sociedade brasileira, o início da redemocratização, a partir da primeira metade da década de 80. Essas transformações refletiram as ações de diferentes agentes na sociedade, tais como o Estado, a Igreja Católica, as organizações sindicais, trabalhadores, empresários e partidos políticos.

Nesse contexto de transformações sócio-política, surge em São Domingos do Prata instituições de caráter assistencialistas, comunitárias, religiosas e políticas, criadas sob a liderança de Padre Antônio. Suas intervenções no seio dos segmentos populares legitimaram seu carisma enquanto liderança formadora de opinião e promotora do desenvolvimento local.

Em seguida, serão discutidos as teorias e os respectivos teóricos que permitem refletir sobre o surgimento do “carisma”, não somente enquanto dom religioso, mas principalmente como formador de um ambiente relacional entre líder e seguidores.

3. DA DOMINAÇÃO CARISMÁTICA À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO: REFLEXÕES A PARTIR DO LEVANTAMENTO DE CAMPO

As abordagens teóricas desta seção permitem analisar o papel da Igreja Católica e de seus membros no contexto brasileiro e o uso do carisma enquanto dom político e religioso, que são considerados as bases necessárias para se analisar e compreender as múltiplas faces das ações de liderança carismática utilizadas pelo líder político-religioso que, durante quatro décadas (1958-1998), orientou, organizou e esteve à frente das principais transformações sócio-político e econômico ocorridas em São Domingos do Prata, sendo que muitos dos traços encontrados na realidade investigada estão intimamente ligados a elementos teóricos discutidos pelos autores de áreas diferenciadas do pensamento filosófico e científico, que tratam do carisma de forma direta e indireta, como será apresentado a seguir.

3.1 O poder carismático e suas implicações na sociedade

Sempre nos chamam à atenção as multidões exaltadas, emocionadas, atraídas por uma força incontrolável e magnetizadora em torno de “personalidades extraordinárias”, que aparecem sob as mais variadas modalidades, podendo ser destacadas as seguintes: lideranças políticas, religiosas, militares, formadoras de conhecimento e de opinião. Essa “força magnética ou atrativa” revelada nos olhares revirados do epilético, na fúria frenética do guerreiro, na retórica vazia do demagogo, na mansidão sem limites do “profeta modelo”, que atrai seus seguidores e ultrapassa o cotidiano social, foi nomeada por Weber (2002) de “Carisma”.⁶

O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra, ou não, depende do êxito. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante “provas”. Mas, neste caso, não deduz seu “direito” da vontade deles, à maneira de uma eleição; ao contrário, o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais dirige sua missão. (Weber, 1999: 324).

⁶ Carisma é definido por Weber como “a qualidade extracotidiana, (...) e em virtude da qual atribuem-se a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre humanas ou, pelo menos extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada de Deus, como exemplar e, portanto, como líder.” (Weber, 1991: 169).

Antes de Weber (1968), vários foram os pensadores de diversas áreas do conhecimento científico, como aqueles que desenvolveram trabalhos direcionados a compreender a natureza humana e seus reflexos na transformação e no desenvolvimento da sociedade, que buscaram entender por que algumas pessoas chamam mais a atenção do que outras. O que está por trás dos feitos “heróicos” de personalidades consideradas extraordinárias em suas épocas, ao longo da história da humanidade? Quais os motivos que levaram, e ainda levam, multidões a seguirem líderes carismáticos, religiosos e políticos, ou seus ensinamentos e suas doutrinas, como Jesus Cristo, Maomé, Buda, Lênin, Gandhi, Napoleão Bonaparte, Hitler, Mussolini, e no Brasil, Getúlio Vargas? Como entender esses acontecimentos extraordinários? As respostas para essas inúmeras questões, decorrentes da manifestação do *carisma*, fascina, há algum tempo, estudiosos de diversas áreas do conhecimento científico pela importância das transformações que trazem e trouxeram ao longo da história da humanidade.

Como histórico que se emerge nas premissas fundamentais da ciência moderna, mediante os trabalhos de teóricos que representam correntes diversas do pensamento científico como o racionalismo, o empirismo, o idealismo, o utilitarismo, dentre outras, procurou-se expor, a seguir, de forma resumida e sem a pretensão de esgotar temáticas tão complexas e que requerem maior reflexão teórica, algumas evidências teóricas que permitiram compreender o carisma na modernidade.

Tratou-se de compreender o carisma, aos olhos das teorias de Descartes (1974) e de Pascal (1999) que se embrenharam no estudo da razão e a entenderam como uma faculdade de calcular, apenas capaz de falar sobre os meios, nunca sobre os fins, e que é facilmente influenciada pelas circunstâncias do momento. De Hume (1999) que preconizou a destruição do domínio da razão, ao substituí-la pela supremacia dos sentimentos; de Kant (1999) que buscava recuperar o poder da razão ao alegar a existência dos “imperativos categóricos”, que comandariam as ações e seriam compreendidos por todo o ser humano; de Stuart Mill (1996) que retrata a glorificação do “gênio”, como precursor da noção moderna de *carisma*; de Nietzsche (1986) que repudiava veemente a moralidade liberal e destacava a figura do “super homem”, ou seja, a afirmação do direito dos mais fortes ao comando; e, finalmente, de Weber (2006) que, após analisar e ser influenciado em parte pelos teóricos supracitados, entendia o *carisma* como um extravasamento emocional que se manifesta em um ambiente relacional, principalmente entre líder e liderados e que contagia, assim, o grupo ao seu redor.

O poder do carisma, ao contrário, fundamenta-se na fé em revelações e heróis, na convicção emocional da importância e do valor de uma manifestação de natureza religiosa, ética, artística, científica, política ou de outra qualquer, no heroísmo da ascese, da guerra da sabedoria judicial, do dom mágico ou de outro tipo. Esta fé revoluciona os homens “de dentro para fora” e procura transformar as coisas e as ordens segundo seu querer revolucionário. No entanto, deve-se compreender corretamente esta oposição. Apesar de todas as diferenças fundamentais da esfera em que circulam, as “idéias” religiosas, artísticas, éticas, científicas e todas as demais, particularmente também as organizatórias políticas e sociais, surgiram, do ponto de vista psicológico, de uma maneira essencialmente idêntica. Trata-se de um “avaliar” subjetivo, “a serviço da época”, o qual quer atribuir algumas idéias ao “intelecto” e outras à “imaginação” (ou seja, como for a distinção): a “imaginação” matemática de um Weierstrass, por exemplo, é “intuição” exatamente no mesmo sentido que aquela de qualquer artista, profeta ou demagogo; não é aqui que se encontra a diferença. Não se encontra, e isto cabe enfatizar para se compreender a significação do “racionalismo”, na pessoa ou nas “vivências” anímicas do criador das idéias ou das “obras”. Encontra-se, ao contrário, na forma em que são internamente apropriadas e “vivenciadas” pelos dominados ou liderados. (Weber, 1999: 327-328).

Mas, para além das relações entre líderes e liderados, dominantes e dominados, o carisma não se sustentará, caso o possuidor do carisma não obtiver o reconhecimento social daqueles que seguem seus ensinamentos e suas trajetórias em um ambiente relacional da condição humana.

O passo inicial dado no sentido de demonstrar a perversidade, a maldade e a ganância humana, foi apontado por Maquiavel (1999) quando ele revelou a realidade nua e crua da condição humana, inaugurando a base necessária para seu “príncipe” governar.

O carisma da virtù é próprio daquele que se conforma à natureza de seu tempo, apreende-lhe o sentido e se capacita a realizar praticamente a necessidade latente nas circunstâncias. No uso do instrumental dos mecanismos de poder, a neutralidade moral decorreria da adequação do agir à realidade. O homem político deve estar sempre atento aos sinais da fortuna, pois conhecerá a ruína se, mudando o tempo e as coisas, não alterar seu comportamento (Maquiavel, 1999: 19).

Entretanto, o conceito *naturalista* da condição humana, preconizado por Maquiavel (1999), torna-se frágil, ao ser submetido às relações carismáticas, pois nessas relações, o líder é aclamado por seus seguidores como uma espécie de “divindade”, o que se contrapõe ao pensamento científico moderno, que refuta tal qualidade em um líder carismático e enfatiza aspectos intimamente ligados ao campo relacional por meio de contextos específicos. Não se trata, porém, de partir de evidências sobrenaturais para explicar o estado carismático do líder em relação a seus seguidores; mas torna-se necessário, para melhor compreender o carisma, começar pela premissa maquiavélica que nos revela uma personalidade humana desmistificada e desencantada. O que prevê uma identificação do público com o sujeito possuidor de carisma.

Nesse sentido, a história da humanidade sempre foi marcada pelo surgimento de grandes líderes carismáticos, principalmente nas instâncias política e religiosa, considerados pelos seus seguidores, *homens ilustres* que detinham o *dom da graça e poderes sobrenaturais*, além de serem possuidores de um *magnetismo* que envolvia a *massa* em benefício próprio, ao fazerem uso permanente do discurso, enquanto instrumento de persuasão e de legitimação de poder:

Em sua forma primária o carisma não tem qualquer modelo fixo de autoridade; os que são por ele envolvidos não fazem nenhuma concessão ao regulamento previsto, desprezam o comércio e o lucro econômico, e almejam a destruição de todas as estruturas e a desintegração de todos os grilhões dos costumes. O carisma desse tipo é revolucionário e criativo, ocorrendo em épocas de crise social, abrindo caminho para um novo futuro. Nos movimentos carismáticos, as pessoas não obedecem mais aos costumes ou à lei; em vez disso, os seguidores se submetem às exigências imperiosas de uma figura heróica, cujas ordens não são legitimadas pela lógica, nem pela posição do herói em qualquer hierarquia estabelecida, mas somente pelo “poder de comando” do indivíduo carismático (Lindholm, 1993: 40).

Estudiosos contemporâneos classificam as personalidades carismáticas, ora ao destacar seu magnetismo e sua atemporalidade, ora ao evidenciar seu papel político e espiritual, não somente em relação ao “sujeito carismático”, mas, principalmente, ao considerar o contexto relacional que envolve a manifestação do carisma. No entanto, o talento artístico puro e simples, a beleza física ou a capacidade intelectual não explicam totalmente o surgimento de uma “personalidade carismática”, embora essas características ajudem a descrever ou a manter e até mesmo, a sustentar, as lideranças carismáticas. Essas características, percebidas nos modelos de sociedades atuais, oferecem as bases necessárias para que os atores sociais reproduzam, a cada momento, ícones de lideranças carismáticas que emergem como “protótipos ideais” a serem seguidos.

Contudo, acredita-se na incorporação de premissas contemporâneas advindas da psicologia e da sociologia principalmente, que servem como base argumentativa e explicativa para compreender o “carisma” enquanto fonte de poder e de dominação. Assim, serão apresentados, a seguir, os “tipos ideais de dominação”⁷ Weberiano acerca do entendimento do carisma.

3.2 Carisma como manifestação de dominação e poder

⁷ Para Maximiano (2006: 100), o tipo ideal weberiano é “um modelo abstrato que procura retratar os elementos que constituem qualquer organização formal do mundo real”.

A abordagem teórica sobre o carisma, preconizada por Weber (1999), chamam a atenção particularmente para a dicotomia existente entre situações regidas por esse princípio e aquelas que se baseiam em instituições rotineiras e racionais. A noção de carisma está, por sua vez, ligada a acontecimentos extraordinários, principalmente em sua forma mais primitiva, diferentemente dos princípios organizativos e burocráticos das modernas instituições de nossa sociedade.

O possuidor de carisma exerce extraordinária influência e dominação sobre seus seguidores, isoladamente ou em multidões, que o seguem em um contexto relacional ou em uma relação emocional assimétrica regida pela paixão, pela obediência passiva e pelo reconhecimento de suas qualidades heróicas.

O problema da era moderna não é a experiência carismática em si: “o carisma”, afinal, é uma dádiva. Na essência, ele não possui nenhum conteúdo substantivo além de ser uma experiência momentânea de êxtase, proporcionando um momento profundo e transcendente oposto à alienação e ao isolamento do mundo material – uma lembrança sobre a qual a vida comum pode ser construída. O paradigma estabelecido por Weber e Durkheim, e reafirmado pela teoria psicológica, alega, de fato, que a sociedade baseia-se numa comunhão profundamente evocativa do eu com o outro, uma comunhão que não oferece a razão, mas sim a vitalidade experimentada. Sem esta dissolução eletrizante de fronteiras, a vida perde seu sabor, a ação perde a força e o mundo se torna sem cor e monótono (Lindholm, 1993: 219).

Nesse sentido, as características extraordinárias do líder carismático seriam passageiras, em termos de análises históricas mais complexas, pois poderiam dar lugar a uma dominação tradicional ou burocrática, mediante um processo conhecido como “rotinização do carisma”. Por outro lado, a perpetuação do carisma de líderes como Jesus Cristo e Mahatma Gandhi, a título de exemplo, contribuiu para garantir a continuidade e a influência futura de suas lideranças via estrutura doutrinária, ideológica ou institucional. A partir daí, o desafio teórico de Weber (1999) foi entender como se daria esse processo, ou seja, como o carisma se relacionaria com as instituições.

A dificuldade inicial em classificar as ações de liderança desenvolvidas pelo ex-pároco do município de São Domingos do Prata, levou-nos a comparar esse tipo de liderança, com os três conceitos de “dominação” propostos por Weber (1991). Esses conceitos de dominação apresentam-se sob os seguintes “tipos ideais”, quais sejam, “Tradicional ou Patrimonial”, “Legal ou Racional Burocrático” e “Carismático”.

No tipo ideal de “dominação tradicional” sobressaem os laços de submissão, marcada por relações de “patrimonialismo” e, ou, “clientelismo”, onde prevalecem categorias

englobantes como a honra, a amizade, o parentesco e a reprodução de valores herdados pela tradição entre dominantes e dominados.

Desse modo, a relação de dominação apresenta características determinantes em que “o conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação é desconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas” (Weber, 1991: 131). Nesse tipo de dominação, valores que acarretam posições de controle e autoritarismo são fundamentais para legitimar o poder de dominação e autoridade entre os envolvidos.

A questão do autoritarismo das elites aponta para o próprio exercício da dominação econômica, política e cultural que se situa em um quadro de tensão permanente. Sobretudo porque a dominação se estabelece em um campo de guerra onde seu próprio exercício se caracteriza pela incompletude e resistência. Incompletude que se manifesta através das próprias contradições do projeto de dominação, embora recorra a um permanente esforço de cimentar essas contradições, instituindo uma representação de harmonia, completude e totalidade (Montenegro, 1992: 11-12).

A manutenção e garantia do poder da dominação tradicional vem da crença no passado eterno, na justiça e na pertinência da maneira tradicional de agir. O líder tradicional é o senhor, que mantém seu poder e controle sob seus súditos, em detrimento da sua posição de sucessor, de uma relação de poder que lhe é transmitida ao longo do tempo, por gerações passadas e que possuem a mesma coesão grupal de crenças e valores. Apesar de suas ordens possuírem um caráter personificado e arbitrário, sua área de abrangência é garantida pelos costumes e hábitos, sendo que seus súditos o obedecem por respeito à sua posição tradicional.

Para Weber (1991) a “Dominação Racional Legal” consiste em uma organização burocrática, pois “qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma”. (Weber, 1991: 128). Assim, a relação entre dominantes e dominados reduz-se a uma formalidade legal estatutariamente prestabelecida, em que as ações desenvolvidas são amparadas por um “contrato” ou “leis” que regulamentam todo o processo de dominação. Na dominação racional legal, a observância da justiça da lei é o pano de fundo de sua legitimação.

Nesse caso, as pessoas obedecem às leis, e não à pessoa propriamente dita, como nas dominações tradicional e carismática, porque acreditam que as leis são constituídas e elaboradas por um procedimento escolhido, tanto pelos subordinados quanto pelos dirigentes. Além disso, o dirigente é visto como uma pessoa que alcançou tal posição, exclusivamente por procedimentos legais via promoção, nomeação, progressão automática de cargos, concursos, e principalmente, por questões meritocráticas, e é em consequência de sua posição

conquistada que ele exerce o poder dentro das áreas preestabelecidas estatutariamente pelas regras e regulamentos sancionados legalmente.

Em relação à “dominação carismática”, Weber (1982) afirma que a mesma representa uma força magnética, percebida neste contexto como meio de atração, que subjuga os atingidos em prol de uma veneração do carisma do líder.

É a devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui fonte da devoção pessoal (Weber, 1999: 324).

Roth e Schluchter (1984) observaram que esse tipo de dominação perfaz uma trajetória em que o dominante é sempre possuidor de valores ou de habilidades que transcendem o espaço social comum das pessoas.

Nesse sentido, o poder carismático é um poder destituído de base racional; é instável e facilmente incorpora aspectos revolucionários. O seu poder não pode ser delegado, nem recebido em herança, como o tradicional. A legitimação da autoridade carismática provém das características pessoais carismáticas do líder e da devoção e do arrebatamento que consegue impor aos seguidores.

Entretanto, os tipos de dominação Racional Legal, Carismática e Tradicional não são encontrados na sociedade em seu estado “puro”, pois são “tipos ideais”, construídos para compreender os sistemas de dominação, de poder e de controle existentes na sociedade, mas muitos dos traços determinantes de cada conceito estão presentes nas instituições, nas pessoas e nas sociedades de nossa época.

A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos e os relatos de campo que fundamentaram os resultados do presente artigo.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RELATOS DE CAMPO

Esse artigo fundamentou-se em relatos de memória das pessoas que conviveram com o ex-pároco, que testemunharam, ou participaram das ações religiosas, comunitárias e políticas por ele organizadas; em análise de documentos em poder de instituições e de pessoas do município de São Domingos do Prata e em fontes secundárias de dados e de informações.

Nesse sentido, a análise das ações articuladas e orientadas por Padre Antônio, ex-pároco do município de São Domingos do Prata, poderia fundamentar-se, apenas, em documentos escritos (jornais e documentos locais) ou nas inúmeras palestras, homilias e

entrevistas por ele realizadas ao longo de sua trajetória, junto à população local. Desse modo, os pesquisadores, pessoas estranhas à comunidade, fariam uma reconstrução histórica de dados e de informações, sem precisar enfrentar o desafio de fazer repensar a figura em estudo, na memória da comunidade.

No entanto, esse tipo de procedimento iria, com certeza, omitir grande parte de suas ações no município e os pesquisadores estariam realizando, portanto, um relato de sua trajetória, enquanto liderança no município, muito incompleta. Por outro lado, a reconstrução das ações de Padre Antônio, junto à população local, somente foi possível recorrendo-se à “memória coletiva ou social” das pessoas que com ele conviveram, ou que, de alguma forma, foram por ele influenciadas.

(...) se a memória coletiva não tivesse outra matéria senão séries de datas ou listas de fatos históricos, ela não desempenharia senão um papel bem secundário na fixação de nossas lembranças. Mas isto é uma concepção singularmente estreita, e que não corresponde à realidade. Foi-nos difícil, por essa razão, apresentá-la sob essa forma. Entretanto, era necessário porque está bem de acordo com uma tese geralmente aceita. Frequentemente, consideramos a memória como uma faculdade propriamente individual, isto é, que aparece numa consciência reduzida a seus próprios recursos, isolada dos outros, e capaz de evocar, quer por vontade, quer por oportunidade, os estados pelos quais ela passou antes. Como não é possível, todavia, contestar que reintegramos frequentemente nossas lembranças em um espaço e em um tempo (sobre cujas divisões nos entendemos com os outros), que nós as situamos também entre as datas que não têm sentido senão em relação aos grupos de que fazemos parte, admitimos que é assim. Porém, é uma espécie de concessão mínima, que não poderia atingir, no espírito daqueles que a consentem, a especificidade da memória individual (Halbwachs, 1990: 67)

Para D’Aléssio (1992), a memória permite compreender os momentos de “ruptura” ou de “descontinuidade” da história, e favorece, nesse caso, a recomposição do passado e do presente, além de ser considerada uma estratégia de sobrevivência emocional. Nesse momento, a memória passa a acrescentar à história um caráter de contemporaneidade, ou seja, o passado se torna presente, porque ele é lembrado por atores sociais que, de uma forma ou de outra, o testemunharam. De acordo com Halbwachs (1990), não se deve confundir a *memória* com a *história escrita*. Esse autor utiliza a expressão “memória coletiva ou social” para evidenciar seu caráter pessoal e sua presença física e emocional no portador da memória. Já a história escrita é impessoal e, na maioria das vezes, o grupo ou a sociedade que a vivenciou não existe mais. Para Bosi (1995, 2003), a memória coletiva ou social, necessita das lembranças vivas do grupo ou da sociedade para coexistir com os acontecimentos e com os fatos do passado. “A memória é história viva e vivida, e permanece no tempo, renovando-se. A história viva é, assim, o lugar de permanência e nela o desaparecimento das criações grupais é apenas uma aparência” (D’Aléssio, 1993: 98).

Na realização desse trabalho, o método “memória coletiva” desenvolvido concomitantemente a outros métodos e a outras técnicas de investigação científica, permitiu construir uma triangulação de análise como sugerido por Trivinõs (1987), a qual possibilitou maior proximidade com os informantes, e proporcionou coleta de informações e de dados mais detalhados, bem como favoreceu a percepção do pesquisador em relação ao comportamento e à expressão manifestados pelos informantes durante as entrevistas semi-estruturadas.

As entrevistas foram feitas com pessoas do município de São Domingos do Prata, familiares, amigos, políticos, adversários e demais envolvidos no processo de mobilização social e de exercício de liderança do ex-pároco. Essa técnica de investigação científica é um procedimento técnico que se desenvolve a partir de um roteiro básico de questões. Entretanto, sua característica marcante, segundo Trivinõs (1987), é a maior flexibilidade em sua condução, pois não existe imposição de uma ordem rígida de questões. Essa flexibilidade cria uma atmosfera de interação, que facilita a fluidez das informações de forma espontânea e com maior riqueza de detalhes, e favorece a análise de “elementos simbólicos que são construídos pela população e que se apresentam, muitas vezes, como o avesso daquilo que lhe é imposto cotidianamente, à medida que essa população convive, tolera, assimila, reproduz”⁸ a sua própria história e a história de seus atores sociais.

Entretanto, a história de vida de uma determinada pessoa não pode ser dissociada da história de sua própria comunidade ou de outros atores sociais presentes em um mesmo contexto histórico. Tal afirmação permite refletir que a história de uma comunidade é o somatório de histórias individuais que se desenvolvem em um contexto relacional de coletividades. Dessa forma, os procedimentos direcionados à formação da memória coletiva da população de São Domingos do Prata, via relatos orais individuais, contribuíram para melhor compreender as evidências identificadas ao longo desse estudo, como sugere Ferreira (1994, p. 9) quando afirma que “o uso de entrevistas orais como fonte de informação para pesquisas já era procedimento, até certo ponto corrente entre cientistas sociais, mas não havia a preocupação de, a partir da relação depoente e pesquisador, mediada por um gravador, produzir documentos”. Nesse processo, as entrevistas foram transcritas pelo pesquisador, em seguida devolvidas para as pessoas participantes, que leram e fizeram acréscimos ou

⁸ MONTENEGRO, A. T., **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992, p-13.

reformularam seus depoimentos, e, posteriormente, já em fase final, devolvidas novamente ao pesquisador.

Tendo em vista os procedimentos metodológicos que fundamentaram o trabalho em evidência, buscou-se, a seguir, expor as discussões em torno do contexto sócio-político que serviu de base para compreender os trabalhos comunitários desenvolvidos ao longo de quatro décadas (1958-1998) no município de São Domingos do Prata sob a liderança carismática do ex-pároco local.

5. AÇÕES POLÍTICAS E TRABALHO COMUNITÁRIO EM SÃO DOMINGOS DO PRATA

Preocupado com a situação de restrição econômica e financeira pela qual passavam os produtores rurais da região do Prata, Padre Antônio, com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da Diocese de Itabira, bem como das Irmãs Dominicanas, organizou um “Movimento Comunitário” no sentido de conhecer e identificar os principais problemas vivenciados pelos pequenos e médios produtores rurais.

Diante dos problemas identificados, foram organizados na segunda metade do decênio de 1960, pequenos grupos com pessoas das áreas urbana e rural, denominadas “Células Comunitárias.” As Células Comunitárias se configuraram como uma tentativa em se organizar a comunidade, dando-lhes participação e voz – tal como acontecia nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que, no início, eram voltadas para dentro das questões pastorais – as Células Comunitárias voltavam-se para fora da Igreja, para o povo. Pereira (1991), afirma que foram organizadas, nessa época, 32 Células Comunitárias, sendo 12 na cidade e 20 nas comunidades e distritos rurais, “tendo como preocupação maior o aumento da produção e da renda, através da participação comunitária.”⁹ E essa participação, não ocorria até então, segundo o relato do próprio Padre Antônio.

Então, isso é resultado de quê? Da não participação, e não progresso. Então, a nossa tentativa é que através da participação e da produção, haja o que nós estamos chamando de “progresso para todos.” Na medida em que as pessoas começarem a perceber que o ovo é bom para mim, para os meus filhos, começa a usar o ovo para sua alimentação e vender somente o que sobrou, e daí por fora (dar o alimento para o gato, cachorro, etc. somente o que sobrou). Eu vou começar nas áreas mais pequenas, com um Sr. da comunidade da Serra, uma das comunidades mais pobres do município. Depois montamos um grupo de trabalho comunitário com cursos de costuras, bordados, não sei o que, etc. Tinha um Senhor lá com um terreninho com

⁹ PEREIRA, J. R., **Movimento associativista rural e Igreja em São Domingos do Prata-MG.** Dissertação de mestrado. Lavras: ESAL, 1991: 55.

água por cima, aí eu o perguntei: quem sabe o Senhor pode plantar um saco e colher dois (plântio de arroz)? Quem sabe você podia pensar em plantar diferente, eu vou chamar aqui o pessoal da EMATER. Vocês querem? Levei o homem da EMATER lá! O resultado foi que uns que colhiam 2, começaram a colher 25. Nossa Senhora! Começaram a plantar arroz em tabuleiros feitos no carrinho de mão. Ele, sua mulher e seus filhos fizeram também. Plantou 8kg de mudinhas e colheram 25. Agora, o resultado já aumentou. Já aumentou, o resto de terreiro que ele tem, já está com mais tabuleiros, e este ano se Deus quiser, devem colher uns 40 sacos de arroz. (Entrevista de Padre Antônio ao **Jornal Caminhando** em Agosto de 1985).

Nota-se que essa atitude apenas solucionava parte dos problemas, tornando-se necessário resolver o problema de comercialização e distribuição do que vinha do meio rural e de pequenas áreas, como a hortifruticultura, encontrada no meio urbano. Na tentativa de solucionar os problemas de comercialização e distribuição de produtos, foi organizada, por intermédio das Obras Sociais São Domingos de Gusmão (O. S. S. D. G.), no ano de 1972, a “Feira do Produtor.” Essa iniciativa inovou o modo de produção, comercialização e distribuição de produtos agrícolas, até então organizados no município. O objetivo principal da “Feira do Produtor” era trazer autonomia e independência aos pequenos e médios produtores rurais que buscavam sair da condição de simples trabalhadores, para a condição de “empresários rurais.” Com isso, não mais se preocupava em buscar produtos de fora do município, mas a preocupação era principalmente manter erguida a bandeira dos produtores rurais do município, que tinha como lema “Produtos da região para a região.”

Em meio à euforia de poder se desvincular dos atravessadores e receptores de seus produtos, surgiu no seio da “Feira do Produtor” e sob a articulação e liderança de Padre Antônio, um movimento em prol do cooperativismo com o desejo de criar uma entidade paralela à feira, que pudesse viabilizar e fortalecer as relações entre pequenos produtores e trabalhadores rurais, visando a um maior esclarecimento nas negociações com o mercado e com os patrões. Assim, na segunda metade do decênio de 1960, nasce a idéia da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos do Prata, alicerçado em uma proposta “independente” e “combativa”, mas que na prática ficou restrito às negociações trabalhistas entre trabalhadores e patrões:

O movimento pelos direitos do trabalhador rural, desencadeado pelo Sindicato, naquele período, constituiu o eixo das disputas entre patrões e empregados no município. O grande número de demandas trabalhistas, referência constante nos relatos foi, segundo a percepção dos representantes das instituições, o resultado da orientação do Sindicato, no sentido de “insuflar os trabalhadores contra os patrões.” São relatos que, ao expressarem uma forte oposição à direção sindical, manifestam,

em suas percepções, expectativas quanto às funções e papéis atribuídos ao Sindicato.¹⁰

Dessa forma, o sindicato é oficialmente formalizado e legalizado em 09 de Agosto de 1970, buscando, com as instituições e segmentos sociais do município, contribuir, não só para o desenvolvimento dos trabalhadores e pequenos produtores rurais, mas principalmente, lutando pela estabilidade econômico-financeira do “homem do campo”, frente aos inúmeros desafios por ele vivenciados no contexto local e nacional.

Com o avanço das atividades realizadas na “Feira do Produtor” e percebendo a necessidade de dinamizar o processo de comercialização e distribuição dos produtos da feira, foi organizado um movimento no interior da Feira do Produtor na segunda metade do decênio de 1970, visando transformá-la em cooperativa. Contando com amplo apoio das principais lideranças política e comunitária local e com a orientação de órgãos como a SUDECOOP (Superintendência do Desenvolvimento do Cooperativismo), foi implementada, no ano de 1978, a CORPRATA (Cooperativa Agro-industrial de São Domingos do Prata), que tinha como objetivo principal eliminar os entraves legais e burocráticos que limitavam maior atuação da Feira do Produtor e restringia o desenvolvimento efetivo dos produtores associados.

Como conseqüência de suas inúmeras ações em benefício da comunidade local, na condição de ex-sacerdote da Igreja Católica, Padre Antônio expressou a um grupo mais organizado e politizado o desejo de se tornar prefeito do município. Após essa revelação, foram articuladas alianças políticas em vários segmentos da sociedade e a partir de alguns acordos políticos com as principais lideranças políticas local, Padre Antônio teve efetivada em 1982, a sua candidatura ao cargo de vice-prefeito do município, depois de se submeter ao crivo da estrutura política institucionalizada no município.

Sendo assim, por meio de uma reflexão das principais campanhas políticas (1982, 1988 e 1992) que Padre Antônio participou, buscou-se demonstrar as evidências que possibilitaram descrever os principais acontecimentos e fatos que levaram a população de São Domingos do Prata a não reconhecer em Padre Antônio características políticas que o permitisse assumir o cargo de prefeito do município, apesar de suas múltiplas habilidades de liderança e de sua inesgotável dedicação em favor do progresso das pessoas e do município.

¹⁰ SILVA, L. H. da, **Sindicato de Estado, representação e assistencialismo: a trajetória histórica de um sindicato de trabalhadores rurais**. Dissertação de mestrado. Viçosa: UFV, 1995: 44-45.

Por outro lado, buscou-se analisar as estratégias políticas utilizadas pelos outros candidatos, para manter a hegemonia política local. Essa análise será apresentada a seguir, sendo dividida em três momentos políticos, quais sejam, campanhas políticas municipais de 1982, 1988 e 1992.

5.1 Campanha política de 1982

A estrutura política no município de São Domingos do Prata, a partir da segunda metade do século XX, teve a sua manutenção alicerçada em valores tradicionais como troca de favores, mandonismo e favorecimentos por parte de uma elite de poder, constituída principalmente, por pessoas ligadas a determinados grupos de profissionais liberais e servidores públicos do município, além de produtores rurais de grande prestígio no meio social. Esses valores tradicionais que norteavam esta estrutura política perpetuam-se até hoje em cidades do interior do Brasil, principalmente naquelas menos populosas e com aspiração agrícola. Por outro lado, novas forças políticas têm surgido em todo Brasil, apesar da predominância de práticas políticas tradicionais, e constituem momentos de renovação, participação e atuação popular nas principais decisões políticas do país:

Em meio a essa configuração da realidade política nacional e local, as lideranças políticas emergentes no município de São Domingos do Prata sofriam todo o tipo de “combate” e eram retiradas de cena no sentido de eliminar quaisquer tipos de ameaças que por ventura viessem colocar em risco a estrutura política tradicional vigente. As estratégias políticas utilizadas diversificavam-se, conforme o grau de influência das lideranças emergentes que almejavam chegar ao poder político municipal. Eram estratégias de alianças de pessoas ou segmentos sociais vistos como essenciais no processo do “jogo político”, como a figura do médico, do grande produtor rural, do juiz, do chefe de polícia e do empresário, além de “acordos políticos” com lideranças comunitárias e religiosas, que eram “presenteadas” com cargos institucionalizados e ajuda materiais.

Dessa forma, no início do decênio de 1980, surgiu como “nova liderança política emergente”, a figura de Padre Antônio que, mesmo na condição de ex-pároco da Igreja católica, ainda era gentilmente chamado por todos de padre. Porém, com a aproximação das eleições municipais de 1982, Padre Antônio tornou público o seu desejo de ser candidato a prefeito de São Domingos do Prata. Percebendo a mobilização política e social em torno da

candidatura de Padre Antônio, a elite política local, institucionalizada na figura do médico, que detinha o poder até então, diante da “ameaça” que constituía a candidatura de Padre Antônio, articulou um movimento político, no sentido de anular a aspiração política de Padre Antônio em sair como candidato a prefeito do município e o colocou na condição de candidato a vice-prefeito mediante “acordo político” entre legendas partidárias. Assim, mobilizou políticos influentes do município e conseguiu articular uma aliança política, em que Padre Antônio foi legitimado como candidato a vice-prefeito do candidato da situação João Brás. O objetivo dessa aliança política era garantir a permanência do poder municipal local nas mãos do antigo grupo político que já estava no poder desde os anos de 1960. Para tanto, segundo testemunhas da época, foi feito, verbalmente um “acordo político”, com divisão de mandato da gestão municipal (1983-1988)¹¹. Contando com a presença de políticos influentes do município, ficou decidido que, durante os primeiros três anos, João Brás seria o prefeito e os três anos finais, caberia a Padre Antônio assumir o posto de prefeito da cidade:

Na verdade Padre Antônio se candidatou por três vezes a prefeito, com inclusão do seu primeiro mandato como vice-prefeito (1983-1988), na perspectiva via “acordo político” (quem formou este acordo foi o Dr. Antônio que fez a coligação entre PDS e PMDB), entre ele e o prefeito eleito João Brás, alternando o mandato de três anos para cada um (Padre Antônio – PDS e João Brás – PMDB). Na minha opinião, muitas coisas contribuíram para que ele não ganhasse as eleições em que disputou, entre elas: 1º) Excesso de zelo na preservação dos valores éticos (para ele valores éticos era dizer a verdade sobre os fatos, custasse o que custasse), sendo que isto não era bem visto pela questão partidária, ou seja, a conduta é fruto daquilo que ele concebia como digno e honesto (valores religiosos – como os ensinados por Cristo como a verdade, a doação, a solidariedade e o respeito), construindo uma filosofia própria de vida. 2º) A dificuldade em acreditar que as pessoas eram capazes de faltar com a verdade, e mesmo de trair a sua confiança (fingimento, traição política e calúnias), como meios para se conseguir determinados fins (aproveitar do poder e credibilidade que Padre Antônio detinha, bem como inveja e ciúmes da capacidade de mobilização que ele possuía para conquistar cargos políticos (prefeito, vereador e secretarias municipais). 3º) achar que “praticar o bem” (viver em função das pessoas praticando o trabalho e promovendo as pessoas) era o bastante para obter o aval das pessoas em uma urna. 4º) um outro ponto que eu vejo que ele foi muito prejudicado, foi a incapacidade de responder a uma calúnia com outra calúnia, levando-o ao sofrimento e abatimento pessoal, pois ele achava que todas as pessoas, a princípio, eram boas ou dignas de confiança. Tal fato o prejudicava sistematicamente. (Dona Juventude, Professora, 57 anos, 09/10/2004).

Percebe-se, a partir desse depoimento, que uma das estratégias mais utilizadas por Padre Antônio nas campanhas políticas em que disputou era a confiança irrestrita nas pessoas e a possibilidade em ser reconhecido por meio dos votos, pelas suas inúmeras obras sociais

¹¹ Nas eleições municipais de 1982, o resultado foi o seguinte: Em primeiro lugar, João Braz Martins Perdigão – prefeito – e Padre Antônio Sebastião Ferreira Barros – Vice-Prefeito obtiveram 5.778 votos (PDS); Em segundo, José Maria Fernandes – prefeito – e José Luzia Pimentel – Vice Prefeito, obtiveram 1.876 votos (PTB); Em terceiro, José Raimundo Nunes – prefeito – e José Eustáquio Carneiro – Vice Prefeito, obtiveram 132 votos (PT). Fonte: Cartório da 251ª Zona Eleitoral de São Domingos do Prata – MG, 2006.

que desenvolvia localmente. Mas, na contra mão de sua “ética pessoal” vigorava uma estrutura política de poder e dominação que conflitava constantemente com seu ideal de renovação e interesses em promover uma administração participativa “para e pelo povo.”

Na primeira vez, ele não foi eleito prefeito porque as lideranças políticas do município manipularam sua candidatura e ele saiu como candidato a vice-prefeito. Essas lideranças políticas tinham medo do carisma e magnetismo que Padre Antônio detinha. Desse “olhar diferente”, de se fazer as coisas diferentes. Então, eles temiam a sua ascensão política e a possibilidade de não perdê-la jamais. Ficar no poder político durante anos e conquistar o espaço político nos vários segmentos sociais. E daí ele não foi prefeito, por questões políticas mesmos. Então, o líder político que estava na frente do poder enquanto liderança política partidária no município, pensou o seguinte em termos de estratégias políticas: se Padre Antônio é uma liderança influente aqui no município, porque eu vou deixar ele ocupar o espaço político aqui? E isso vem da “sabedoria política” ou da “raposagem da política”, pois, se Padre Antônio é uma “ameaça”, porque eu vou deixá-lo ocupar algum espaço na política. (Sr. Justiça, Funcionário Público, 40 anos, 27/10/2004).

A “sabedoria política” emanada das práticas daqueles que governavam o município na época, era fruto de relações de assistencialismo, clientelismo e favorecimento de pessoas que possuíam posições estratégicas em suas comunidades, favorecendo a atuação da elite de poder local e possibilitando anular a curto e médio prazos, quaisquer tentativas de ascensão de novas lideranças políticas, que não possuíssem o aval das lideranças políticas tradicionais. Mesmo lideranças como a de Padre Antônio, por mais prestígio que tivesse no meio social, eram facilmente deterioradas pelos políticos que detinham o poder e a máquina pública em suas mãos, e que acionava todos os instrumentos e ferramentas necessárias em épocas de campanhas eleitorais, inibindo ou reduzindo a interferência de lideranças contrárias às suas aspirações.

Só para se saber como a liderança de Padre Antônio era forte, ele foi colocado como vice-prefeito de João Brás, sendo que ele foi o responsável direto pela vitória de João Brás. Portanto, foi selado um “acordo verbal” para se criar um rodízio de três anos entre eles, o que não foi cumprido, deixando Padre Antônio muito chateado. João Brás, somente foi eleito pela ação de Padre Antônio, que visitou naquela época em torno de 4.500 casas, pedindo votos à comunidade. Na época do acordo, o prefeito era Dr. Antônio Roberto Lopes de Carvalho, que organizou o “acordo político” chamando Padre Antônio para ser vice, e o próprio Dr. Antônio Roberto em entrevista ao **Jornal Caminhando**, relatou o acordo firmado, lembrando que Padre Antônio somente foi convidado, por ser naquela época a maior liderança do município. Dr. Antônio Roberto, afirmou ainda, que a única forma de ganhar a política daquela época, era através de uma aliança política com Padre Antônio. O próprio prefeito João Brás, após a eleição de 1982, não deixou Padre Antônio atuar na prefeitura, sendo excluído de participar efetivamente, levando-o para o prédio Durval Mendes, onde funcionava o almoxarifado da prefeitura, distante do gabinete do prefeito, eliminando sua participação. A partir dessa decepção, ele saiu como candidato a prefeito, na qual atuei como coordenador de sua campanha, por possuir a mesma filosofia de trabalho de Padre Antônio, ou seja, uma administração participativa, trabalhos comunitários, saúde preventiva, construções alternativas, agricultura natural ou ecológica, educação

mais voltada para o resgate da cidadania. (Sr. Curador, Profissional Liberal, 53 anos, 26/10/2004).

Porém, Padre Antônio jamais escondeu o seu desejo de se projetar politicamente no município de São Domingos do Prata, assumindo o cargo de prefeito, pois acreditava que, enquanto administrador dos recursos públicos poderia potencializar suas ações no sentido de minimizar as velhas desigualdades econômicas e sociais, utilizando o dinheiro público em prol do desenvolvimento econômico, social e, principalmente do ser humano. Mas, por obra do “jogo político” que se instituiu no município, no período em que Padre Antônio esteve realizando trabalhos religiosos, políticos e comunitários (1958-1998), ele não obteve a ressonância desejada, apesar de ter dedicado a maior parte de sua vida em benefício do progresso do município, bem como do bem-estar social da população local. Assim, ele mesmo relata as ações em prol desse ideal maior:

Então, em São Domingos do Prata, dada a situação em que eu não consegui ser prefeito, pois fui impedido. Eu sempre tive uma visão voltada para o social, conseqüentemente o meu trabalho no Prata foi voltado totalmente para o social, de maneira que a pessoa humana possa crescer como pessoa humana. A pessoa irá crescer, tornar dona do seu próprio destino, sem ter simplesmente as coisas em mãos. Foi aí que nós partimos para a organização; organizar a comunidade. A comunidade que não esta organizada não tem jeito de crescer. Qual a maneira que nós achamos para organizar a comunidade? Através das estagiárias de ensino, nós a levamos para as comunidades e começamos a organizar a comunidade em Conselhos de Desenvolvimento Comunitário (CDC's). Os CDC's tinham que crescer de baixo para cima, e não criar uma cúpula para crescer de cima para baixo. Mas, nessa hora então, nós iniciamos as ACD's (Associações Comunitárias de Desenvolvimento); foi indo 1, 2, 3, 4, ..., 15, ..., 20.... associações; e hoje (1985) já são 47 associações. Sendo que todas as diretorias deveriam ser eleitas diretamente e secretamente pelas pessoas da própria comunidade, e anualmente, e isto era muito importante, porque às vezes a comunidade erra para escolher o líder, sendo o mandato da diretoria de um ano. Desse modo a comunidade terá a oportunidade de escolher um outro líder (diretoria). (Entrevista de Padre Antônio ao Jornal Caminhando em Agosto de 1985).

Assim, Padre Antônio, em seu mandato como vice-prefeito (1983-1988), utilizou de sua credibilidade frente a vários políticos e instituições como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e demais instituições governamentais e não governamentais, para liderar um movimento de mobilização e organização das comunidades rural e urbana, constituindo o Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC), que segundo Padre Antônio, baseava-se em cinco P's (Participação Popular, Progresso, Produção, Paz e Poder de Decisão). Sendo assim, ele mesmo esclarece o ideal da organização:

Então, o primeiro “P” significa participação. Participar nas eleições de suas associações, das diretorias de suas associações. Então, a medida em que elas vão participando, elas vão sentindo os seus problemas, suas dificuldades, seus anseios, os problemas financeiros e econômicos, os problemas de produção, de empregos, e de tantas coisas que aparecem lá (Casa, Moradia, Saúde, etc.). Então, pela participação eles começam revelar os problemas deles. Com isso, o que quer que

aconteça, elas começam a perceber a necessidade em progredir, porque sem progredir como é que eles vão comer, viver, ter uma casa melhor, ter um chuveiro, etc. (Entrevista de Padre Antônio ao **Jornal Caminhando** em Agosto de 1985).

Este conselho tinha por finalidade organizar as comunidades do município, para que elas próprias pudessem levantar seus problemas e sugerir instrumentos para solucioná-los. Diante da extensão territorial do município, foi sugerida pelas lideranças locais a constituição de sedes associativas nas próprias comunidades, o que culminou com a criação das ACD's subordinadas ao CDC. Esses trabalhos comunitários proporcionaram o fortalecimento das comunidades que, além da sua organização, dispunha de maquinários, insumos e recursos financeiros para promover o desenvolvimento local.

Nesta mesma época, por volta de 1985, Padre Antônio, juntamente com as lideranças locais, ajudou a organizar a implantação de uma micro-destilaria de álcool no município, visando ao desenvolvimento e progresso da região, bem como à geração de emprego e renda à população local. Com a chegada de José Sarney (1985-1990) à presidência da república, uma série de medidas econômicas foram tomadas no intuito de estabilizar a economia do país. Essas medidas culminaram com o congelamento de preços e controle temporário da inflação, conseqüentemente, o cenário internacional e nacional assistiam a uma estabilização do preço do petróleo, que chegou a estar abaixo do preço do álcool, inviabilizando sua produção, acarretando em fechamento de usinas e micro-destilarias como foi o caso da recém-instalada micro-destilaria de São Domingos do Prata, que fechou após o primeiro ano de funcionamento.

Entretanto, o papel desenvolvido por Padre Antônio, nesse caso, como representante político indireto, quando foi vice-prefeito, permitiu a ampliação de suas ações a áreas até então não atingidas em fase anterior, como “representante religioso”, sendo que essas ações constituíram as bases necessária para disputar as eleições municipais de 1988.

5.2 Campanha política de 1988

No ano de 1988, o Brasil viveu um de seus momentos mais importantes com a promulgação e consolidação da Constituição Federal, depois de mais de vinte anos de ditadura militar. Nesse momento da história política do país, ressurgiu a democracia perdida no ano de 1964 a partir de um golpe de Estado. Em meio a euforias e manifestações por parte de estudantes, intelectuais, políticos, exilados, trabalhadores rurais e operários que

comemoravam o início da redemocratização do país em 1988, tiveram início, neste mesmo ano, as eleições para eleger os prefeitos e vereadores dos municípios brasileiros.

Em São Domingos do Prata, o cenário político local estava preso a uma velha estrutura de dominação política que mantinha o mesmo grupo político no poder por mais de cinquenta anos ininterruptos. Em meio a esse cenário de hegemonia política, no município de São Domingos do Prata surgiu a candidatura de Padre Antônio, pela coligação PTB/PFL.

A imagem de liderança esculpida pela população local em relação a Padre Antônio se dividia entre dois extremos, tutorial e participativa. Tutorial por tomar a frente de tudo, centralizar em suas mãos as tomadas de decisões, identificar os problemas da população e propor soluções por si mesmo, sem levar em consideração a personalidade e individualidade da pessoa ou da comunidade. Participativo, porque ele atuava junto com a população nos diversos trabalhos comunitários, “botava as mãos na massa” e ouvia constantemente as pessoas, respeitando-as e mostrando o valor de cada um na comunidade.

Ser Padre é ser uma pessoa indispensável na história da humanidade. Ser padre é ser o “Deus da terra” no dizer de São Clemente. Então, falar em Antônio Sebastião Ferreira Barros é voltar ao passado/presente na sua pessoa como homem que esteve aqui para construir e crescer. Viveu intensamente e abriu caminhos. Não concordava com a rotina, não concordava com a estagnação. E assim poderíamos ir descortinando uma história de vida. Todavia, queremos continuar essa história juntos. A marca do progresso impulsionada por Padre Antônio em nossa comunidade e região, não pode deixar escapar com o tempo. (homenagem de João Batista Lima, em 22/02/2003 ao IPAN – Instituto Padre Antônio).

Em relação ao seu opositor político, o médico Antônio Roberto Lopes de Carvalho que chegou em São Domingos do Prata no decênio de 1960, sendo natural de São Pedro dos Ferros, sobressai as seguintes evidências: homem público que mesmo no exercício de mandato enquanto prefeito do município não deixou, em momento algum de exercer sua profissão com dedicação, ética e amor. Ajudava aos mais necessitados e sempre se enquadrava no dito popular local de que “é Deus no céu e o médico aqui na terra”, dito esse que alimentava o imaginário coletivo da população do município. Executou obras importantes quando era prefeito e possuía muito prestígio no interior da população local. Por outro lado, alguns depoimentos evidenciam que ele era um político centralizador e que foi projetado na política local pelo Paulino Cícero. Foi por três vezes prefeito do município, uma vez deputado estadual (1994) e em 1998 ele ficou como suplente assumindo um curto mandato no legislativo estadual. Ele usava muito a medicina para sensibilizar o povo e trabalhava gratuitamente para ganhar votos como é o caso de realizar “ligaduras de trompas” de forma gratuita para a população.

A partir desse cenário, a campanha de 1988 colocou na mesma arena política dois personagens marcantes na história de São Domingos do Prata, quais sejam, o médico Antônio Roberto Lopes de Carvalho e o ex-pároco Padre Antônio. Depois de ser impedido de exercer efetivamente o seu mandato como prefeito na época em que era vice-prefeito mediante “acordo de divisão de mandato”,¹² Padre Antônio articulou com políticos locais e regionais alianças políticas que o colocaram como candidato ao cargo de prefeito em disputa com o candidato da situação e ex-prefeito, o médico Antônio Roberto Lopes de Carvalho, nas eleições municipais de 1988, onde não faltaram apoios a Padre Antônio de representantes políticos de expressão estadual e nacional como é o caso do Deputado Federal José Santana de Vasconcelos e do ex-prefeito do município e então Deputado Federal, filho de São Domingos do Prata, Paulino Cícero, que ao falar de Padre Antônio expôs a seguinte situação ao povo pratiano, em um dos comícios de campanha:

Eu acho que é profundamente injusto que a prefeitura municipal de São Domingos do Prata continue sendo privilégio de meia dúzia de pessoas ou de famílias. Eu não quero ter privilégio. Eu quero lutar na política. Mas é profundamente injusto que a prefeitura, que a câmara municipal, que o poder constituído em nossa terra não seja passível de ocupação por todos os cidadãos que traga no peito essa marca sagrada, a de haver nascido em São Domingos do Prata. Uma observação que eu faço aqui, quando eu digo que o tempo começou a mudar é porque eu acredito que São Domingos do Prata começou a se democratizar. O que significa democratizar? Significa fazer com que o poder constituído em nossa terra não seja privilégio de meia dúzia. Não seja privilégio de uma religião, não seja privilégio de uma raça. E só para dar um exemplo a vocês, em 1960, no recenseamento de 1960 entre 5.000 habitantes que moravam em nossa terra, irmãos pratianos, 53%, mais da metade dos pratianos, são, pelo recenseamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pessoas da raça negra. E eu pergunto a vocês, algum negro em São Domingos do Prata já foi prefeito? Algum negro em São Domingos do Prata já foi vereador? O que está acontecendo? O que está acontecendo meus amigos e conterrâneos? É a opressão política que vai agora ser quebrada por um homem que é enviado do povo. Que é enviado do povo chamado Antônio Sebastião Ferreira Barros, o nosso Titoni. É assim que eu te vejo como enviado de Deus para preparar os caminhos do povo e fazer com que esta eleição seja tão grande quanto a sua missão que está aqui agora. A missão de fazer com que o nosso povo viva a sua realidade. E quem é o homem? Eu falei da missão. Falei da missão que ele veio para preparar os caminhos do povo para suas bodas com o poder. Esta é a missão que a história de São Domingos do Prata reserva para Padre Antônio. Mas quem é o homem? Quem é Padre Antônio? Difícil para mim falar em Padre Antônio quando cada um de vocês terá um depoimento maior, mais largo e mais extenso do que o meu sobre esse homem enviado para esse momento de nossa vida. (Discurso do Deputado Federal Paulino Cícero em Campanha Política de Padre Antônio na eleição municipal de 1988)

¹² Vale lembrar que em termos legais não está prevista na Constituição Federal do Brasil a divisão de mandato entre prefeitos e vice-prefeitos, governadores e vice-governadores, presidentes e vice-presidentes da república. Os “vices” somente assumiram o cargo do titular em casos previstos na lei, como por exemplo, morte e desvios de condutas que tendem a penalizar a administração pública. Em caso de acordos políticos de divisão de mandato como ocorrido em São Domingos do Prata – MG entre siglas partidárias não há previsão legal para o mesmo.

Do outro lado da disputa encontrava-se o médico Antônio Lopes de Carvalho, que buscava chegar ao seu terceiro mandato e tinha amplo apoio dos partidários do atual prefeito da época, João Braz Martins Perdigão, influente produtor rural da região. Partidários de uma estrutura de poder e dominação política tradicionalista e conservadora, com características bem próximas das práticas políticas “coronelística”, esse grupo desenvolveu uma série de estratégias, no sentido de neutralizar a candidatura de Padre Antônio. Dessa forma, a seguir será demonstrado depoimento sobre circunstâncias da política local, que relata as estratégias utilizadas pelos partidários da situação, com vistas ao impedimento de ascensão de novas lideranças políticas:

Foi feito um trabalho muito forte para que Padre Antônio não fosse eleito prefeito pelo médico Dr. Antônio Roberto – que se apoiava no chavão popular: “é o médico aqui na terra e Deus no céu” –, e as pessoas achavam que se não votassem no médico, elas poderiam não ser mais atendidas nos consultórios e hospitais. Existiam também calúnias como acusando Padre Antônio de usar o dinheiro da LBA (Legião Brasileira de Assistência) para comprar telhas de amianto, feijão, etc. e depois vendia para as pessoas das comunidades atendidas por ele. Que lugar do padre é na igreja. Ameaças e perseguições. Compra de votos com materiais de construção e fraudes eleitorais. Resumindo, eu acho que a população não estava preparada para entender as idéias revolucionárias (Administração Participativa e Comunitária) que Padre Antônio estava trazendo para o município naquela época. Então, por falta de informação e pela presença de uma cultura subdesenvolvida que a gente tem em nosso país, pois a maioria da população não recebeu uma educação suficiente para distinguir o verdadeiro político do falso. (Sr. Curador, Profissional Liberal, 53 anos, 26/10/2004).

O ideal de transformar radicalmente a vida dos pequenos produtores pauperizados e dos segmentos menos favorecidos, bem como contribuir para a aceleração do processo de desenvolvimento do município, não foi assimilado pela população da época como algo que poderia trazer retornos favoráveis a todos, mas ao contrário, em determinados momentos foram vistos como idéias que fugiam ao modelo político até então vivenciado. Essa insegurança popular quanto ao “novo” e o enraizar-se de valores políticos tradicionais que perduravam por mais de cinquenta anos no município, são fatos que ajudam a justificar em partes as sucessivas derrotas eleitorais de Padre Antônio. Mas, havia também aqueles setores ligados à política local que temiam a ascensão de Padre Antônio à prefeitura, devido a sua forte influência no meio social.

Ele não foi prefeito porque as lideranças políticas do município sentiam-se inseguros pelo espaço políticos que ele poderia conquistar, porque já como vice-prefeito ele teve uma atuação muito marcante nas comunidades. Então, o sujeito deve pensar, se ele é uma “ameaça”, porque então não podá-lo, e se eles deixassem ele ascender politicamente, porque se ele chegasse, ele abafava as outras lideranças políticas. Aí você me pergunta: ele foi tão envolvente, tão líder, porque ele não obteve votos para ser prefeito? Aí entra aquela coisa, são várias questões, e aí naquele momento político quem era Padre Antônio? Ele era um ser humano. E todo

o ser humano é suscetível a erros e fraquezas. E as pessoas em que ele acreditava, também eram seres humanos. Outra coisa, era que a campanha política do outro candidato era mais rica, muito mais dinheiro. Às vezes a pessoa foi ajudada a vida toda por Padre Antônio e no momento da campanha política o outro candidato oferecia algum tipo de material (promessas de emprego, favorecimentos, doações imediatas de alimentos e dinheiro; materiais de construção; valia tudo na política) e ele votava contra Padre Antônio. Valia tudo para ganhar as eleições por parte dos adversários. No caso de Padre Antônio, tudo tinha que ter um limite e chegava em determinado momento em que ele se conscientizava que certas práticas políticas não eram condizentes com sua ética e ideais, aí ele se limitava para não fazer determinadas ações semelhantes a seus adversários políticos. Isso tudo confrontava com seus valores religiosos cristãos e com a liderança política que ele detinha, não se envolvendo em certas politicagens. (Sr. Justiça, Funcionário Público, 40 anos, 27/10/2004).

Apesar de possuir essas características que o colocavam como a principal representação política do município, reconhecida até mesmo por adversários políticos, Padre Antônio não conseguiu adequar seu desejo de ser prefeito ao “jogo político secular” que fazia parte das eleições, alianças e acordos políticos do município, garantindo a permanência de uma elite de poder que conseguia anular quaisquer pretensões que ameaçassem a tomada do poder local.

Porque ele iria fazer uma revolução no modo de administrar, de maneira diferente. Ele iria fazer uma administração participativa, comunitária. Então, por exemplo, se tivesse que fazer uma obra em determinada estrada e o município não tivesse condições financeiras e materiais para realizá-la, Padre Antônio iria mobilizar a comunidade para ajudar a concluir a obra. Ele pensava pra frente, ele não iria ficar no gabinete da prefeitura só dando ordens, iria até as comunidades, liderando-as e trabalhando conjuntamente com os moradores das comunidades. (Sr. Justiça, Funcionário Público, 40 anos, 27/10/2004).

Nas campanhas e nos comícios dos candidatos a prefeito, enorme era a participação de deputados, secretários estaduais e políticos de cidades circunvizinhas de maior expressão, como é o caso da cidade de João Monlevade. O cenário das campanhas municipais configurava-se por meio de propostas envolvendo o meio rural, a questão ambiental, a pobreza, a falta de emprego, acusações recíprocas entre os candidatos, os feitos do passado, a história de vida, dentre outros. Para alguns partidários, valia de tudo para chamar a atenção do eleitorado. As disputadas eram acirradas com os dois lados, PMDB e PTB, trocando acusações e perseguições, e em tom difamatório, os partidários de Dr. Antônio, candidato pelo PMDB eram chamados de “formiguinhas”, enquanto que os partidários de Padre Antônio candidato pelo PTB/PFL eram chamados de “marimbondos”. Tal fato mantinha acesos os inflamados discursos de campanhas que eram refletidos em tom de acusações, ou apontando os benefícios realizados para o município nos comícios por ambos candidatos e aliados políticos. Do lado de Padre Antônio, os discursos se desenvolviam da seguinte maneira:

Foi sim, foi o povo quem falou, em todas as ruas, em todas as esquinas, em todos os povoados, em todos os córregos, em todos os distritos, em todas as fazendas desse município o nome é Titoni. Só Titoni pode salvar o povo de São Domingos do Prata. Uma candidatura que nasce no meio do povo, que têm a identidade do povo, que quer servir o povo e a prova disso são os trinta anos de trabalho, trinta anos de dedicação, deixando, como bem disse hoje a Dona Maria José, um alto cargo na LBA (Legião Brasileira de Assistência) para vim servir a esse povo, na “Feira do Produtor”. Como sacerdote, que vida exemplar, filho do distrito do Bananal, criado no Catuli e no Bento, companheiro de vocês. Filho desse município, de pais pobres, mas que tem a vontade de restituir a esse município, de devolver a esse município tudo aquilo que esse povo fez para os seus pais, tudo aquilo que esse povo fez por ele, emprestando um apoio incondicional para a construção dessa maravilhosa matriz. Essa vontade de servir o povo, essa vontade de prestar ainda mais serviço a esse município, precisa de uma credencial, e essa credencial é o mandato de prefeito. E esse mandato está entregue primeiro a Deus e depois a vocês. (Discurso do Deputado Federal José Santana de Vasconcelos em Campanha Política de Padre Antônio, na eleição municipal de 1988).

A reflexão política mediante o discurso era direcionada para a vida pessoal do candidato atrelada a seus feitos e benfeitorias destinados ao povo. No caso de Padre Antônio, seus feitos enquanto religioso, sua origem no meio rural e sua dedicação em favor dos mais necessitados, eram freqüentemente lembrados visando sensibilizar o povo para sua vitória eleitoral. Os discursos inflamados e o prestígio que Padre Antônio possuía no meio social ajudavam constantemente a retórica dos candidatos que o apoiavam.

Mas deixem que eu fale, deixem que eu me lembre, porque ele nasceu em uma família muito humilde, extremamente humilde, lá no Bananal, como bem lembrava aqui o nosso querido Deputado Mendes Barros. Ele morou no Bananal, no Catuli, morou no Bento onde numa noite de uma casa sem energia elétrica, um grupo de homens guiados pelo meu pai traziam em clastre iluminado por tochas de bambu, o seu pai moribundo para morrer aqui em São Domingos do Prata, em uma noite lá do Bento. E o jovem Antônio desde cedo iniciado, não só na religião católica que abraçaria como sacerdote, mas iniciado nessa grande santa religião, que faz a grandeza dos povos, a “religião do trabalho”. Eu pergunto a vocês se alguém já ouviu ou alguém de sua família já ouviu falar que o Antônio vivia entre sedas e alfaias, vivendo no luxo, vivendo no desperdício ou vivendo na piagem. Não! Por que todo o testemunho que recolhemos do Antônio, do Padre Antônio, do Titoni, é sempre testemunho de um homem que fez do trabalho na igreja, nas comunidades e em todos os lugares a sua preocupação quase obsessiva. Padre Antônio é obcecado pelo trabalho. E eleito prefeito, se Deus quiser e com o meu voto no dia 15 de Novembro, ele fará do trabalho a sua religião entronizada dentro da prefeitura de nossa terra. Não tem outros compromissos. O único compromisso dele é com o trabalho, com a sua gente, com a sua terra, com a prefeitura municipal. Eu terei, meu querido amigo Padre Antônio, o enorme orgulho em dar o meu voto a você no dia 15 de Novembro de 1988. (Discurso do Deputado Federal Paulino Cícero em Campanha Política de Padre Antônio, na eleição municipal de 1988).

Por outro lado, o adversário político de Padre Antônio seguia com discursos provocativos e em tom de apontar suas benesses para o município em mandatos anteriores. Eis um depoimento de um dos opositores ao Padre Antônio:

Para fazer observações malélicas, não devo nada a ninguém. Tenho a tranqüilidade de realizar, nunca utilizei dinheiro de qualquer conta que seja, não compro ninguém com voto, não compro com dinheiro o voto, mas sempre ajudei com algumas coisas

o povo nesses vinte e três anos de São Domingos do Prata. Portanto, não utilizo e nem a prefeitura utiliza, como muitos oportunistas estão dizendo, que a prefeitura está gastando dinheiro em minha campanha, não há absolutamente. João Braz nunca me ajudou. Não vou ajudar e não preciso do João me ajudar. O João ajuda em obras naturalmente que ele faria em quaisquer circunstâncias como ele sempre fez, jamais para me beneficiar. Não fazemos este tipo de campanha, também não admito que alguém faça o meu inventário em vida, porque sobre qualquer pretexto se citei alguns nomes foi porque a crônica me solicitou. Tive sempre a lisura de não mencionar nomes, se alguém me citou porque apóia o outro candidato, foi por insistência dos outros. Sempre procurei ajudar as pessoas que me procuravam em quaisquer circunstâncias, então tenho um crédito! Um crédito moral com essa comunidade. Como todo mundo fala não vai ser agora que eu precisarei fazer política suja. Tenho uma profissão, fiz um juramento, e não vai ser agora que eu vou mudar o meu comportamento. Fiz um juramento perante aos homens e não vou mudar. Na minha profissão serei Dr. Antônio em todas as circunstâncias. Não admito subterfúgios em falar quem sou eu. Isso ou aquilo, que eu sou professor, etc. Não Admito! Eu sou é médico mesmo e serei sempre médico e, estarei com vocês em quaisquer circunstâncias. (Discurso do candidato a prefeito, Dr. Antônio, na eleição municipal de 1988)

A revelação por meio de palavras dos políticos da situação em não utilizar a máquina pública em proveito próprio nas eleições, mostra um outro lado, como o próprio candidato Dr. Antônio Roberto Lopes de Carvalho afirma anteriormente, de ajudar as pessoas com algumas “coisas” que não fosse o dinheiro público, o que independentemente da ajuda, material e, ou, prestação de serviços, confirma a tese de uma política clientelista com fortes indícios de assistencialismo. Outro ponto marcante nos discursos políticos dos candidatos, é em levantar questões generalizantes que ocorrem em qualquer parte do Brasil e do mundo, como por exemplo, a preocupação com o desemprego e o meio ambiente, como será exposto a seguir, e que possui alto poder de sensibilização da população em relação a essas questões:

Também muito de vocês não devem lembrar, mas essas árvores, fomos nós que plantamos, fomos nós juntamente com o pessoal da prefeitura, pessoas dedicadas, pessoas que se identificaram comigo. Nós íamos plantar essas árvores com especial carinho. Aqui também temos o nosso amigo Paulo Moraes a quem eu peço uma salva de palmas. Pessoa que muito nos ajudou na elaboração dessa planta e que sempre esteve ao nosso lado nos acompanhando com essa dedicação, com esse entusiasmo de bom pratiano, autêntico representante de São Domingos do Prata. Essa praça como todos vocês sabem, ela representa alguma coisa de grandiosa para nós, de uma certa feita, alguém quis inverter os valores e desfazer daquele que deu o nome a essa praça. Certo! Foi muito importante esse homem, mas omitiu, fez uma grande injustiça com aquele que construiu essa praça, não mencionou aquele que construiu essa praça. Isso dói no coração da gente. Isso dói no coração da gente, mas vocês darão a resposta na hora oportuna. Não sou homem agradecido, não tenho arrependimento dos meus atos, sempre procuro analisar meus atos profundamente, antes de tomar qualquer atitude para não ter arrependimento. Não tenho arrependimento dos meus atos. Arrependimento, deverão ter aqueles que cometeram violência. Arrependimento, deverão ter os lobos, os leões que querem assumir a pele de cordeiro. (Discurso do candidato a prefeito, Dr. Antônio, na eleição municipal de 1988)

Os discursos nos comícios políticos buscavam sensibilizar a população, tocando em assuntos como a história de vida sofrida, a conquista, por meio do suor do trabalho, a

preocupação com os pobres e doentes, a ajuda material, psicológica e espiritual aos necessitados, dentre outros, que sensibilizavam o público, fazendo com que esse se identificasse com os relatos dos políticos. Assim, buscava-se mudar a mentalidade do eleitor, ora posicionando-se a favor da manutenção da estrutura de dominação política que existia em São Domingos do Prata a décadas, ora propondo mudanças e renovação, no sentido de trazer uma administração municipal participativa e com a atuação efetiva da população no governo municipal¹³.

5.3 Campanha política de 1992

Derrotado nas eleições de 1988 por uma diferença de quase dois mil votos a favor do candidato da situação, Dr. Antônio Roberto Lopes de Carvalho, Padre Antônio começou a desenvolver, nesse mesmo ano, a organização do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP), que tinha por objetivo trabalhar junto aos pequenos produtores rurais que não faziam parte das cooperativas existentes do município, e que não possuíam vínculo com associações e sindicatos de trabalhadores rurais da região. Esses pequenos produtores, geralmente, caracterizavam-se por possuir pequenas faixas de terras, ou eram meeiros que trabalhavam nas terras dos fazendeiros, em busca de sua subsistência e de sua família.

Nessa mesma época, foram organizados por Padre Antônio, com o apoio da EMATER e do Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de São Domingos do Prata, diversos projetos de plantio de feijão, alho, milho e arroz, sob orientação técnica da EMATER. Essa iniciativa contribuiu para aumentar a renda do pequeno produtor rural e possibilitou a realização de concurso para eleger o produtor rural que obtivesse maior produtividade em seu plantio, culminando com a formação de um banco de sementes selecionadas para futuros plantios. Foi realizada também, juntamente com a EMATER, a criação de tanques de peixes, organização de abelhas para produção de mel, incentivo à criação de cabras leiteiras e galinhas poedeiras, visando dinamizar e ampliar os negócios do pequeno produtor rural. Assim, foram realizadas compras comunitárias por meio da Secretaria Estadual de Abastecimento que, em parceria

¹³ Nas eleições municipais de 1988, o resultado foi o seguinte: Em primeiro lugar, Antônio Roberto Lopes de Carvalho – prefeito – e Ailton Petrônio de Castro – Vice-Prefeito obtiveram 5.498 votos (PMDB); Em segundo, Padre Antônio Sebastião Ferreira Barros – prefeito – e Maria Aparecida Semião – Vice Prefeito, obtiveram 3.501 votos (Coligação PTB/PFL). Fonte: Cartório da 251ª Zona Eleitoral de São Domingos do Prata – MG, 2006.

com as Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD's), apresentavam os pedidos de gêneros alimentícios que vinham de Belo Horizonte, com preços controlados pela CEASA (Central de Abastecimento de Suprimentos Alimentícios), chegando até as comunidades rurais com baixos custos.

Buscando aumentar a autonomia do produtor rural frente à dependência do comércio local de insumos agrícolas, foram feitas solicitações, às comunidades rurais, com o apoio da EMATER, para organizarem pedidos coletivos de compras de insumos e equipamentos a preços reduzidos. Por intermédio do Centro de Desenvolvimento Comunitário (CDC) e do Grupo Integrado para o Progresso do Prata (GIPP) foi organizado o “Momento da Feira Livre”, em parceria com os produtores rurais de São Domingos do Prata e a Prefeitura Municipal de João Monlevade que proporcionaram a ampliação dos negócios diretamente relacionados ao meio rural. Paralelamente, procurava-se deixar à disposição dos produtores rurais técnicos ligados à EMATER, que prestavam assistência e instruíam os produtores rurais, desde o plantio até a comercialização dos produtos.

Simultaneamente, o espaço reservado ao GIPP foi utilizado pelos seus membros para reflexão da situação sócio-política do município, o que permitiu consolidar novas alianças políticas, necessárias para levar novamente Padre Antônio a candidato a prefeito nas eleições municipais de 1992.

Novamente, os partidários da situação política local mobilizaram-se e efetivaram a coligação PMDB/PFL, tendo como candidato o ex-prefeito João Braz Martins Perdigão, que concorria ao seu segundo mandato como prefeito. Dadas as circunstâncias políticas do momento, atreladas aos valores políticos tradicionais, como a troca de favores, distribuições de materiais e cestas básicas, compra de votos, utilização da “máquina pública”, fraudes eleitorais, entre outros, e contando com o apoio explícito do atual prefeito, Dr. Antônio Roberto Lopes de Carvalho, como expressados em vários depoimentos por meio de entrevistas, teve início, no ano de 1992, as campanhas municipais.

Em 15 de novembro de 1992 foi vencedor o candidato João Braz Martins Perdigão, que somou 4.951 votos (Coligação PMDB/PFL), contra 3.460 votos (PDT)¹⁴ conquistados por Padre Antônio que, mais uma vez, viu frustrada a sua pretensão de ser prefeito do município de São Domingos do Prata.

¹⁴ Jusfith Chafith Felipe (Prefeito) e José Soares da Silva (Vice Prefeito) obtiveram 430 votos. Fonte: Cartório da 251ª Zona Eleitoral de São Domingos do Prata – MG, 2006.

Para os partidários de João Braz Martins Perdigão, ele era considerado um homem político desbravador, que lutou a favor das pessoas carentes e realizou obras visando os interesses comuns da população. Para os adversários ele era clientelista e possuía traços de um “fazendeiro coronel”, que utilizava a troca de favores para conquistar votos nas urnas. Política com ele “era no amor ou no terror”. Perseguiu os adversários políticos e buscava passar para as pessoas uma imagem de pessoa educada, boa, humilde e que cumprimenta todo mundo. Tomava café nas casas das pessoas e colocava placa com o seu nome em tudo o que fazia. “Era um lobo na pele de cordeiro”. Não tinha transparência política e pregava o individualismo, sendo mais fácil dominar as pessoas. “Era cada um por si e Deus pra todos.” Dava “circo e pão” para o povo, buscando realizar muitas festas para agradar o povo. Nunca respeitava o poder da câmara municipal, pois ele fazia as obras e depois apresentava os projetos para apreciação dos mesmos. Tinha os vereadores como subordinados ao seu poder. Não aceitava crítica e perseguia as pessoas com ameaças e inibições.

Frente a essas evidências divergentes, o cenário político instituído nessa campanha, repetiu os discursos e as práticas políticas de outrora e confirmou a hegemonia política local mantida desde a segunda metade do século passado. Para os opositores, Padre Antônio (Titoni) era uma pessoa centralizadora e autoritária, tomava as decisões por si próprio e sempre detinha a palavra final nas principais decisões que eram tomadas. Já os aliados o consideravam um líder participativo, amigo e generoso com as pessoas. Fazia tudo em favor do social, e não buscava nada para si mesmo, pois “dava sem esperar nada em troca”. Mas se ele era tudo isso, em seus aspectos positivos e negativos, alguns depoimentos justificam o seu insucesso na política da seguinte maneira:

Titoni não se elegeu por colocar seu intento exclusivamente nas mãos de Deus e “jogar limpo”. Na verdade ele foi derrotado em 1992 por pães com salame e cachaça, ou seja, para vencer a “ignorância do povo” Deus não é o bastante, principalmente, se o eleitor estiver de barriga vazia. Portanto, a impressão que se tinha era de que o povo tinha medo de elegê-lo e ele se corromper, em função da fama dos maus políticos. Enfim, ao se decidir pelo fim do celibato, Titoni provocou um baque geral na cidade, e talvez muitos não votaram nele nas eleições em que ele disputou simplesmente por motivos de ciúmes, quem sabe! (Sr. Informatizado, Profissional Liberal, 61anos, 16/02/2005).

Assim, tendo em vista as evidências expostas ao longo desse capítulo, pode-se afirmar que a imagem de prefeito que permeava a “consciência coletiva” da maioria do eleitorado pratiano, não coincidia com a imagem de prefeito transmitida por Padre Antônio (Titoni) em suas tentativas de assumir o poder público municipal. Além disso, outros fatores corroboraram significativamente para que Padre Antônio não se tornasse prefeito de São Domingos do Prata como o fato dele ter saído da Igreja Católica para se casar e por não ter

conseguido se alinhar aos ideais e estratégias políticas utilizadas por seus adversários políticos, que a décadas conseguiam garantir a dominação do poder político local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações comunitárias atreladas à estrutura política analisada em São Domingos do Prata, ao longo de quatro décadas (1958 – 1998), período que coincide com a chegada e morte de Padre Antônio no município, apresentou as seguintes características: disseminação de valores e crenças com intuito de favorecimentos e troca de favores; concentração do poder político em segmentos sociais de maior prestígio social como as classes médica, jurídica e a elite agrária local; intimidação por meio da “manobra política” da ascensão de lideranças políticas emergentes; desenvolvimento de ações políticas voltadas ao assistencialismo e protecionismo; personificação da instituição pública municipal e das obras públicas realizadas; centralização do poder público municipal como forma de exercício do autoritarismo; e consolidação no interior das comunidades local de práticas políticas de caráter clientelista e, ou, patrimonialista.

Esses tipos de relações políticas, podem ser ainda percebidos, atualmente, nas práticas eleitoreiras e no carisma político de algumas personalidades espalhadas pelo Brasil afora, principalmente no interior do país, como é o caso das evidências encontradas no município de São Domingos do Prata por meio de testemunhos e análise de documentos. Nesse cenário sócio-político local, encontra-se a figura dinâmica e influente do ex-pároco do município, que assumiu em um primeiro momento o papel de liderança religiosa (1958 – 1977) e, posteriormente, exerceu a função de liderança política (1978 – 1998). Essa divisão temporal não representa mera ruptura drástica entre o exercício de liderança religiosa e política, pois durante todo esse período não se constatou a separação entre uma e outra, já que ambas, apesar das peculiaridades e complementaridade, perpassaram durante todo esse período (1958 – 1998) a personalidade marcante de Padre Antônio no município.

É este elo entre o religioso e o político que configurou a trajetória política de Padre Antônio no município. Suas ações, reproduzidas no interior da comunidade local, eram assimiladas pela crença de uma possível vivência e construção do “Reino de Deus” aqui na terra. Tendo como foco o evangelho cristão, Padre Antônio, na condição de ex-pároco da Igreja Católica, não poupou esforços para implantar neste mundo o “Reino de Deus” baseado em ajudas aos mais necessitados e desprotegidos, entrega total ao próximo, vivência da

caridade, amor e doação, solidariedade e trabalho em equipe, partilha e comunhão de bens, acesso à educação e ao trabalho, valorização da amizade. O conjunto desses aspectos apresentado sob a ótica e o ideal de vida cristã sugerido e defendido por Padre Antônio, tenderia, ao final desse projeto humanitário e evangelizador, levar as pessoas à “promoção integral do ser humano” na sociedade, eliminando a dependência, exploração e dominação de uma pessoa sobre a outra. A utopia por detrás dessa proposta “renovadora” de conduta de vida, por mais distante e impossível de ser alcançada, encontrou seguidores nos diversos segmentos da sociedade local.

Com a propagação dessas idéias de “transformação da vida humana”, Padre Antônio ao se projetar no cenário político com o objetivo de trabalhar mais para a população e implementar uma nova forma de se fazer política, tendo como base o projeto de administração pública participativa, viu seus planos conflitarem com a política tradicional do município. Esse choque de interesses na política local revelou ao longo do tempo, por meio das sucessivas derrotas de Padre Antônio nas eleições municipais que ele participou que o seu “reino não era desse mundo”, pois os ideais políticos baseados na “palavra de Deus” por ele difundido, não recebeu a compreensão necessária dos eleitores para o eleger prefeito do município. Mas por outro lado, Padre Antônio conquistou “autonomia moral” e “reconhecimento social” até mesmo dos adversários políticos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, L. (1981), *Teologia da libertação: Igreja, carisma e poder*. Petrópolis-RJ, Vozes.

BOSI, E. (1995), *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOSI, E. (2003), *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.

D’ALESSIO, M. M. (1993), “Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. Memória, História, Historiografia”. *Revista Brasileira de História*, 25/26. São Paulo, Editora Marco Zero & ANPUH, 25/26: 97-103.

DESCARTES, R. (1999). *Discurso de método e outros escritos*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo, Editora Nova Cultural.

FERREIRA, M. de M. (1994), *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora.

- FREITAS, M. E. de. (2002), *Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?* Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- HALBWACHS, M. (1990), *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice Editora Revista dos tribunais.
- HUME, D. (1999), *Investigação acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo, Editora Nova Cultural.
- KANT, I. (1999), *Crítica da razão pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo, Editora Nova Cultural.
- LAVALLE, A. G. CASTELLO, G. (2004), “As benesses deste mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica”. *CEBRAP: Revista novos estudos*, São Paulo, (68): 73-93.
- LINDHOLM, C. (1993), *Carisma: êxtase e perda de identidade na veneração ao líder*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- MAQUIAVEL, N. (1999), *O príncipe e escritos políticos*. Tradução de Olívia Bauduh. São Paulo, Editora Nova Cultural.
- MIRANDA, J. (1999), *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro, Relume Dumará – núcleo de antropologia da política.
- MONTENEGRO, A. T. (1992), *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, Contexto.
- NIETZSCHE, F. (1999), *Obras incompletas*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo, Editora Nova Cultural.
- PASCAL. (1999), *Pensamentos*. Tradução de Olívia Bauduh. São Paulo, Editora Nova Cultural.
- PEREIRA, J. R. (1991), *Movimento associativista rural e Igreja em São Domingos do Prata-MG*. Tese de mestrado. Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), Lavras.
- ROTH, G., SCHLUCHTER, W. (1984), *Max weber's vision of history: ethics e methods*. University of California press. Berkeley and Los Angeles, Califórnia.
- SANTIAGO, F. T. (1995), *São Domingos do Prata: subsídios para a história*. Belo Horizonte, Santa Edwiges.
- SILVA, H. CARNEIRO, M. C. R. (1998), *História da república brasileira: a fuga de João Goulart –1962/1963*. São Paulo, Editora Três.
- SILVA, L. H. da. (1995), *Sindicato de Estado, representação e assistencialismo: a trajetória histórica de um sindicato de trabalhadores rurais*. Tese de mestrado. Universidade Federal de Viçosa.
- TRIVIÑOS, A. N. S. (1987), *Introdução à pesquisa em ciências sociais - A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas.
- WEBER, M. (1987), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5ª edição, São Paulo, Pioneira.
- WEBER, M. (2002), *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leônidas Hegenberg & Octany Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix.

WEBER, M. (1999), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Régis Barbosa & Karen Elsabe Barbosa. Volume 2. Brasília, DF, Editora da Universidade de Brasília.

WEBER, M. (1982), *Ensaio de sociologia*. Organização e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar.

WEBER, M. (1968), *On charism and institution building*. Edited by S. N. Eisenstadt. Chicago, University of Chicago Press.

WEBER, M. (1991), *Sociologia*. In: COHN, G. (Org.) & FERNANDES, F. (Coordenação). São Paulo, Ática.